

A PARTICIPAÇÃO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUIPE NA ELABORAÇÃO DO PPA-P 2012-2015

Alda Vângela Silva Santos¹; Edinusia Moreira Carneiro Santos²

1. Bolsista FAPESB no Grupo de Pesquisas em Geografia e Movimentos Sociais (GEOMOV); graduada em Geografia; Bacharelado em geografia Universidade Estadual de Feira de Santana; e-mail: aldinhavs@hotmail.com
2. Professora adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana, E-mail: nusiafs@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Participação, Planejamento, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

INTRODUÇÃO

O Estado da Bahia passou a utilizar os Territórios de Identidade seguindo uma nova abordagem territorial utilizada como metodologia para elencar as prioridades de ações e projetos das políticas públicas do estado, para o desenvolvimento local, levando em consideração todos os atores sociais presentes no território, sejam eles da sociedade civil, organizada ou não e autoridades municipais.

Diante dessa nova forma de planejamento estatal para a aplicação de políticas públicas, o PPA Participativo 2012-2015 se deu em um processo democrático onde a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais organizados foram de fundamental importância no processo de sugestão de prioridades.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização dessa pesquisa, inicialmente foi efetivado um levantamento bibliográfico para obter a base teórica necessária ao estudo da temática, confeccionando o referencial teórico que norteou a pesquisa, este desvelando conceitos-chaves para a mesma, como Territórios de Identidade, Bacia do Jacuípe, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), PPA-P (Plano Plurianual Participativo) e participação.

Em seguida iniciamos a análise documental do relatório da plenária do Território de Identidade Bacia do Jacuípe no processo consultivo de elaboração do PPA-P 2012-2015, para identificar os Sindicatos de Trabalhadores Rurais que participaram do processo de elaboração de políticas direcionadas a seu território e sua população, uma caracterização dos sindicatos que participaram.

Existiam outros procedimentos para serem desenvolvidos, mas, por afastamento da Professora Orientadora houve a necessidade de cancelamento da bolsa. Dessa forma, os resultados apresentados correspondem ao período de 05 meses.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Territórios de Identidade foram criados com a finalidade de colaborar para a promoção do desenvolvimento econômico e social, os mesmos são compostos por agrupamentos de municípios que são unidos por características sociais, culturais, econômicas e geográficas, caracterizam-se como áreas de aplicação do planejamento das políticas públicas estaduais. Os mesmos foram instituídos pelo Decreto de criação 12354/10 nº 12.354 de 25 de agosto de 2010 da Bahia.

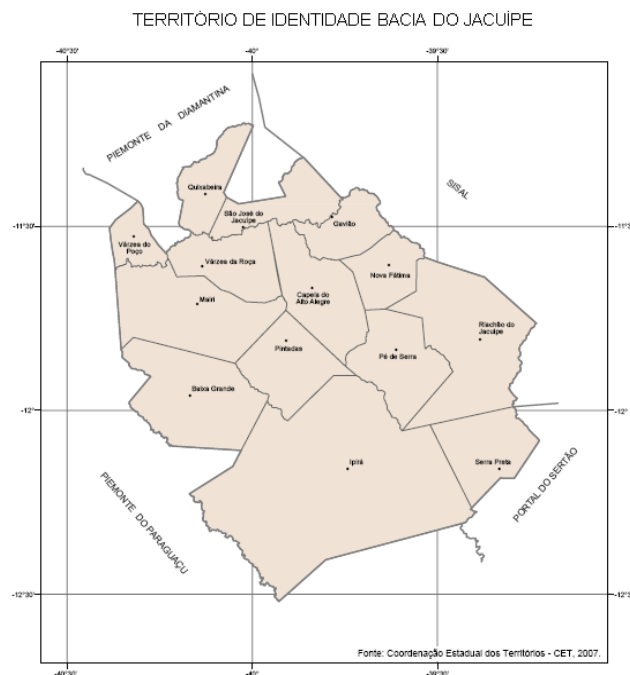
O objetivo da divisão dos territórios de identidade é contemplar as diversidades socioeconômicas, geográficas, sociais e culturais das diversas regiões do estado, no planejamento do desenvolvimento, baseado na identidade da população local e em seus sentimentos de pertencimento (FERREIRA E FAGUNDES 2012).

Segundo a SEPLAN território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.

Os territórios possibilitam identificar as prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, e para aplicação das políticas públicas necessárias a cada localidade o governo do estado Bahia estabeleceu a divisão, inicialmente foram criados 26 territórios, contando atualmente com 27.

O Território Bacia do Jacuípe (mapa), no sertão baiano, é constituído por 14 municípios do semiárido, cada um com suas especificidades político-administrativas, com suas identidades e semelhanças geofísicas, culturais e econômicas.

Os municípios que constituem o Território Bacia do Jacuípe ainda se apresentam com características predominantemente rurais, com a maior parte da população vivendo na zona rural, dependendo principalmente da agropecuária, ficando os mesmos a mercê das condições de semi-áridez. De forma que a atuação de movimentos sociais como os STRs, se faz de extrema relevância para uma melhora da vida da população e na luta por mais benefícios para a mesma.



Com o novo instrumento de planejamento o PPA(Plano Plurianual) lei de iniciativa do executivo e que contém as diretrizes, objetivos e metas da administração com periodicidade quadrienal que de acordo com Panponet (2008) é um instrumento de planejamento que:

[...] contempla propostas estratégicas de gestão, voltadas para o longo prazo e cuja execução não se esgota em um único exercício orçamentário. É composto pela previsão de despesas de capital - ou outras despesas decorrentes, como juros e amortizações - e pelos programas de duração continuada, como investimentos em saúde e educação por exemplo. Um aspecto importante do PPA é que a programação ocorre de forma regionalizada, o que facilita a apresentação

de propostas voltadas para o desenvolvimento de territórios que enfrentam problemas específicos. (p. 140-141)

De forma que à população insere as necessidades e demandas de seus territórios, no planejamento das políticas, e na gestão estadual.

O plano Plurianual- PPA do Estado da Bahia 2012-2015 foi Instituído para o quadriênio pela Lei nº 12.504 de 29 de dezembro de 2011 da Bahia, sendo estabelecido de forma regionalizada, conforme o disposto no art. 159, I, da Constituição do Estado, diretrizes, objetivos e metas com a finalidade de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a ação governamental, orientar a definição de prioridades e ampliar as condições para o desenvolvimento sustentável.

O PPA Participativo 2012-2015 se deu de forma ampliada de uma perspectiva setorial para uma escala de Governo, os programas temáticos foram concebidos a partir das diretrizes estratégicas, definidas para os diversos temas, associados aos Eixos Estruturantes(Tabela 1). No âmbito das suas competências institucionais, os órgãos setoriais inscrevem nos programas temáticos os seus compromissos, detalhando objetivos e metas a serem cumpridos ao longo do quadriênio, relacionando entregas ou iniciativas a serem desenvolvidas, que apresentada, refletem o elo de integração com os orçamentos, conforme a natureza finalística ou sistêmica do programa, os compromissos setoriais se destinam à disponibilização ou aperfeiçoamento de bens ou serviços, a gerir ou manter em funcionamento bens ou serviços já ofertados ou à gestão do Estado.

O PPA-P 2012 2015 teve seus Grupos de Trabalho Territoriais (GTs) com cada grupo formado por 9 pessoas, cinco representantes da Sociedade civil e quatro do Estado. Os membros do grupo realizaram encontros por todo o Território, para ouvir setores da sociedade e a população em geral, debatendo e escolhendo as prioridades territoriais, na busca de propostas com base nas diretrizes do Estado e nas diretrizes do Território. Desse encontro resultou um documento com todas as propostas e ações sugeridas para o território; bem como foram realizadas consultas pela internet (PPA-P NET) onde a população pode propor os temas prioritários para seu Território.

Foram realizadas plenárias territoriais entre os meses de abril e maio, ocorreram plenárias nos territórios de Identidade, e nas plenárias houve a participação dos representantes de entidades e poderes públicos que representam o conjunto da população do Território. No Território de Identidade Bacia do Jacuípe a escuta social foi realizada no dia 21 de maio de 2011 no município de Riachão do Jacuípe.

Na Bahia a construção do PPA 2008-2011 possibilitou uma experiência na configuração e planejamento de planos orçamentários estaduais, tendo como base as estratégias de desenvolvimento e os eixos estruturantes. O PPA-P 2012-2015 se deu em um processo participativo, de forma que as políticas elencadas para a aplicação no estado foram sugeridas pela população, demonstrando o caráter participativo desse processo.

A maioria dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), atualmente permanece basicamente voltada para a prática assistencialista, que não chega a uma verdadeira mobilização popular. Nesse processo diante de uma nova forma de planejamento estatal o STR tem significativo papel de luta e de pressão, rompendo seu histórico atual, para a obtenção de políticas que fortaleçam a agropecuária e a vida do produtor e do trabalhador no campo. Essas instituições sindicais representam uma multiplicidade de conflitos e de formas

de lutas, refletindo sua diversa composição social, em consequência, o sindicalismo rural se constrói sobre uma pluralidade de questões Araújo (1990). De forma que apesar da participação nesse processo ainda não ser deliberativa, apenas consultiva, essa participação social se faz necessária e essencial, pois, representa e põem a luz do poder público, as necessidades dessa população.

CONSIDERAÇÕES

Como a nova forma de planejamento estatal adotada para a aplicação de políticas públicas, o PPA Participativo 2012-2015 se deu em um processo democrático onde a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais organizados foram de fundamental importância no processo de sugestão de prioridades na elaboração de políticas públicas. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) tiveram papel fundamental nesse processo de organização da sociedade civil para participar dos colegiados, propondo projetos para atender as necessidades de seu território. Tendo esses sindicatos papel relevante na defesa dos interesses da classe.

Muitos entraves ainda se encontram no caminho para uma participação da população de forma mais completa nesse processo, pois, a decisão final sobre quais políticas a serem aplicadas fica a cargo dos burocratas e do governo vigente, a população e os movimentos sociais em especial dos STRs nesse processo faz apenas seu papel de sugestão das suas necessidades para a criação e de políticas específicas. De forma que apesar da participação não ser ainda deliberativa, apenas consultiva, essa participação social se faz necessária e essencial, pois, representa e põem a luz do poder público, as necessidades dessa população.

REFERENCIAS

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. **Na Margem do Lago: um estudo sobre sindicalismo rural**. FUNJAD, Ed. Massangana, 1990

BAHIA. **Plano Plurianual (2008-2011)**. Salvador, 2011.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, **Trabalhadores os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, outubro, ano/vol. 21, nº 062, São Paulo, Brasil

FERREIRA, Maria Inês Caetano. FAGUNDES, Helena Carla Cazas. **Planejamento Plurianual Participativo na Bahia: Instrumentos Institucionais**. Brasília/ DF, 2012.

GOSS, Karine P. PRUDENCIO, Kelly. **O conceito de Movimentos Sociais Revisitado**. Revista Eletrônica de pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC; vol 2, nº 1 (2), jan-jul 2004, p. 75-91.

PAMPONET, André Silva. **Envolvimento Social na Formulação de Políticas Públicas: O PPA Participativo 2008-2011 na Bahia**. In: Bahia Análise e Dados; Salvador SEI. v. 18 n. 1 p. 001-184 abr./jun. 2008.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **As dimensões da Participação Cidadã**. Caderno CRH, Salvador, n. 26/27, p. 179-209, jan./dez. 1997.

VALLA, Victor Vincent. **Sobre participação popular: uma questão de perspectiva**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 14 (Sup.2): 7-18, 1998.

<http://www.seplan.ba.gov.br>